

**SEIXAL CRIATIVO
APURA EQUIPAS
PARA FINAL DOS
EMPREENDEDORES**

Pág. 5



**SIX SENSES INVESTE
30 MILHÕES
NOS PINHEIRINHOS
DA COMPORTA**

Pág. 10



**ÓPERA
'EU SOU ALMA'
EVOCA GAZA
EM SETÚBAL**

Pág. 12



+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1347
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
5 junho
2026
0,50

semmais

PENÍNSULA QUER MANTER ÁGUA DE QUALIDADE E GANHAR 'GUERRA' DAS BAIXAS TARIFAS



Municípios chamam a atenção para a necessidade de manter a qualidade dos serviços e travar o valor das tarifas, que já subiu mais de 300%. Amarsul garante que não fará aumentos este ano e no próximo.

Págs. 6/7

ANTIGA ESTAÇÃO DO BARREIRO ESPERA 'LUZ VERDE' HÁ OITO ANOS

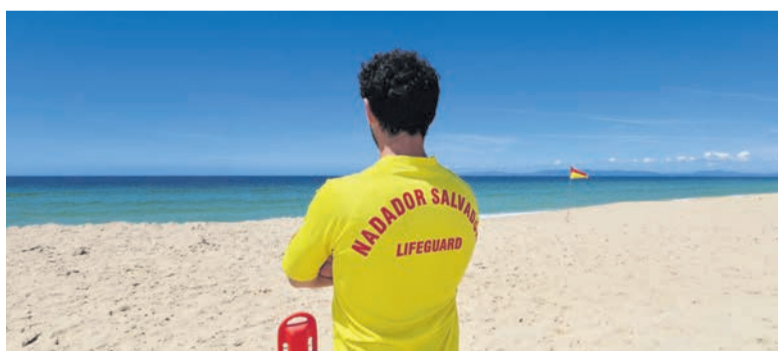


Pág. 9

INVESTIMENTO DE TRÊS MILHÕES EM BAIRRO DE SANTIAGO AVANÇA EM 27

Projeto prevê uma intervenção em cerca de 67 mil metros quadrados para melhorar a acessibilidade, a mobilidade, os espaços verdes e o mobiliário urbano do Bairro da Atalaia, em Vila Nova de Santo André.

Pág. 8



Praias de Grândola à mingua de nadadores-salvadores

A época banhar nos 50 quilómetros de praias de Grândola vai abrir com menos um terço de nadadores-salvadores necessários. Apesar de serem bem pagos por três meses de atividade, à falta de profissionais e os candidatos estrangeiros têm debandado.

Págs. 2/3

CASAS DOS GUARDAS DA RAPOSA VÃO SER DEMOLIDAS PELA APA

Pág. 3

UGT ACREDITA QUE NOVA LEI LABORAL VAI DAR EM DESPEDIMENTOS

Pág. 4



CÂMARA DO MONTIJO AVANÇA NO PROCESSO DA POLÍCIA MUNICIPAL

Autarquia quer reforçar a fiscalização do cumprimento de regulamentos municipais, a vigilância de espaços públicos e o policiamento de proximidade, sem substituir as competências da PSP e da GNR.

Pág. 8

ÉPOCA BALNEAR NOS 50 QUILÓMETROS DE PRAIAS DE GRÂNDOLA ARRANCOU COM APENAS 44 SALVADORES

Ninguém quer trabalhar numa atividade que não é profissão



Os ordenados nem são maus, mas só são pagos por três meses. Muitos brasileiros vinham para Portugal fazer salvamentos no verão e depois partiam, ilegalmente, para outros países europeus. O litoral de Grândola é a maior extensão de praias do país, mas a autarquia diz que não reúne condições para pagar, sozinha, a vigilância durante 12 meses.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A ÉPOCA balnear na maior extensão de praias concelhia do país, em Grândola, iniciou-se 'coxa'. Esta é a ideia da Associação de Nadadores/Salvadores locais, que referem que faltam cerca de um terço dos profissionais que a área, com cerca de 50 quilómetros de extensão e 11 concessionários, deveria ter. Esta falta de pessoal, referem, deve-se em grande parte à falta de atratividade da tarefa. "Ninguém vai deixar o trabalho que realiza e pelo qual é pago durante todo o ano, para vir ganhar três meses de ordenado e depois ter que ir procurar novamente trabalho. Se a atividade fosse profissional e durasse todo o ano, nada disto acontecia", afirmam.

Nuno Gomes é nadador/salvador desde 1997 e até ao final do ano transato foi presidente da Associação de Nadadores/Salvadores de Grândola. Em conversa com o Semmais comentou as recentes declarações do presidente da Federação Portuguesa de Nadadores/Salvadores (FEPONS), Alexandre Tadeia, sintetizando: "É todos os anos a mesma coisa. Isto é vira o disco e toca

o mesmo. Quem é que consegue viver com três meses de ordenado por ano?"

"Os problemas atuais são os de sempre. Continuamos a depender das decisões políticas, sejam elas do poder central sejam das autarquias, que têm dificuldades em assumir o que está estabelecido desde 2014, quando foram responsabilizadas pelas operações de salvamento nas praias. No entanto, essa responsabilidade parece que só dura durante os meses oficiais de época balnear. O resto do tempo decorre sem obrigação de fiscalização e presença dos nadadores/salvadores. É essa falta de garantias que faz com que, todos os anos, não exista o número de pessoas suficientes para desempenhar o trabalho", acrescenta Nuno Gomes.

No passado fim-de-semana, em Sinés, o presidente da FEPONS havia dito que em Portugal existem atualmente cerca de 5.000 pessoas com certificados para exercerem a atividade de nadadores/salvadores, quando as necessidades apontam para 6.000 profissionais. Dos

que estão habilitados nem todos, porém, estão dispostos a exercer e isso deve-se, explicam, ao facto de ao contrário que acontece noutros países, nomeadamente em Espanha, a profissão não ser reconhecida nem ter garantias de ser praticada a tempo inteiro.

VIGILÂNCIA BALNEAR SIM, MAS ATENÇÃO AOS PAGAMENTOS

O presidente da Câmara Municipal de Grândola, concelho que tem um pouco mais de 50 quilómetros de praias medidos de extremo a extremo e que por isso é o de maior dimensão do país, entende, tal como os representantes dos nadadores/salvadores, que "o país precisa de vigilância costeira todo o ano", mas lembra que tal circunstância acarreta custos para os quais muitas edilidades não estão preparadas.

"A vigilância fora da época balnear não pode ser integralmente imputada aos municípios, que só têm receitas das praias durante aquele período", diz ao nosso jornal o presidente da autarquia grandolense, Luís Vital Alexandre.

O autarca entende que a existência de mais nadadores/salvadores para atuarem durante todo o ano "é uma questão que não pode ser analisada à margem das obrigações dos concessionários, pelo que deve ser analisada no momento em que se estabelece o regulamento das praias e das concessões".

A opinião de Luís Vital Alexandre é, neste caso, discordante da de Nuno Gomes, que entende que "existem praias em Portugal que, mercê também de condições excecionais, já há muito enveredaram pela vigilância durante todo o ano". "É o caso, por exemplo, da Nazaré, por causa do fenómeno das ondas gigantes, ou de Matosinhos, devido à prática constante de desportos náuticos". O presidente da Câmara Municipal de Grândola diz, por sua vez, que estes exemplos, assim como o de Cascais, "são substancialmente diferentes". "Tratam-se de praias eminentemente urbanas e procuradas para os desportos náuticos ao longo de todo o ano, o que não acontece na maioria das nossas praias", acrescenta. ■

Casas dos guardas prisionais na Raposa vão ser demolidas



UE avisou para imigração ilegal associada aos brasileiros

Nos últimos anos a vigilância das praias do Litoral Alentejano tem sido assegurada em grande número por nadadores/salvadores oriundos da América do Sul, sobretudo do Brasil. Esta pareceu ser uma solução viável, até que os responsáveis da União Europeia (UE) alertaram as autoridades nacionais para o facto de a atividade estar a ser utilizada como forma de entrada ilegal noutros países europeus. “Tudo partiu de acordos feitos sem muito critério e que foram celebrados entre o Instituto de Socorros a Náufragos e o Brasil. É um facto de alguns nadadores chegavam a Portugal, trabalhavam dois ou três meses, e depois iam para outros países da Europa. Partiam ilegalmente. Isso motivou advertências da UE e, em consequência, as contratações no Brasil passaram a ter outras condicionantes”, diz Nuno Gomes. Esta questão será, afirma o mesmo nadador, um dos obstáculos que fazem com que em Grândola existam apenas 44 salvadores, quando “deveriam ser 60, tendo em conta que é preciso dar folgas e períodos de descanso”. “Um nadador salvador, nas praias de Grândola, custa cerca de 3.000 euros mensais, valor onde já se inclui o alojamento e a alimentação. Parece atrativo, mas dura apenas três meses por ano e por isso é difícil recrutar. No resto do tempo as praias não estão aptas a fazer salvamentos, mesmo que em muitas vezes tenham uma taxa de ocupação muito grande. É nesse aspeto que o Governo e as autarquias se devem focar”, acrescenta.

A AGÊNCIA Portuguesa do Ambiente (APA) anunciou no final do mês passado, que vai proceder à demolição de “20 habitações de carácter precário e respetivas infraestruturas ilegais” localizadas na arriba da Praia da raposa, no concelho de Grândola.

Esta operação de renaturalização, avaliada em cerca de 425 mil euros, incide sobre construções que pertencem maioritariamente a guardas prisionais que prestam ou prestaram serviço no Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz. O facto de as construções existirem há décadas, mas de só agora os seus proprietá-

rios estarem a ser notificados para as desocuparem face às demolições anunciadas tem a ver, de acordo com a APA, de “estarem localizadas em área de risco do domínio público marítimo, na faixa de proteção para terra de nível e em área de instabilidade potencial”.

“Em 1982 a direção da cadeia permitiu a construção de casas para funcionário. Nos seis anos seguintes ergueram-se mais de 20, algumas delas a escassos 80 metros da água”, refere a APA, acrescentando que essas mesmas construções foram consideradas “sem autorização das entidades competentes” em 1995. Agora, os pro-

prietários das habitações têm até 180 dias a contar desde a data da notificação para abandonar a zona ou executar eles próprios as demolições.

Ao Semmais, o presidente da Câmara Municipal de Grândola, Luís Vital Alexandre, não quis tecer qualquer comentário sobre o assunto, dizendo que o mesmo “é da total responsabilidade da APA”.

Aceder à Praia da Raposa, que está em terrenos do Ministério da Justiça, só é possível para cidadãos comuns mediante autorização da direção da cadeia. O local é também utilizado para exercícios militares com fogo real. ■

7 DIAS

PS QUESTIONA GOVERNO SOBRE REFORÇO DO EFETIVO EM SINES

O PS questionou terça-feira o Governo sobre o reforço do efetivo e a construção de um novo edifício para o Posto da GNR de Sines para responder ao desenvolvimento deste território. Num requerimento dirigido ao ministro da Administração Interna, Luís Neves, os deputados eleitos pelo círculo de Setúbal referem que Sines se posiciona como um dos principais motores do desenvolvimento económico nacional.

GD SESIMBRA OBTÉM PRIMEIRO TRIUNFO NO CAMPEONATO

Depois do arranque com três derrotas consecutivas (frente a Ericeirense, Sótão e GRAP), o GD Sesimbra conseguiu o primeiro

“FEBRE” DOS CROMOS DO MUNDIAL CHEGA AO BARREIRO



A “febre” dos cromos do Mundial de futebol também chegou ao Barreiro. No último fim de semana, o Mercado 1.º de Maio recebeu dezenas de colecionadores para uma troca de cromos à qual nem o executivo municipal faltou.

triumfo no Campeonato de Elite, escalão máximo do futebol de praia nacional. Os primeiros três pontos chegaram com a vitória por 4-1 sobre o Leixões, no encontro realizado no último sábado. O clube ‘pexito’ encontra-se a disputar a divisão cimeira da modalidade, depois de ter sido campeão nacional do segundo escalão no ano passado.

CENTRO DE SAÚDE DE GRÂNDOLA COM HORÁRIO NOTURNO REDUZIDO

O Centro de Saúde de Grândola passou, na segunda-feira, a encerrar duas horas mais cedo durante a noite, devido à falta de médicos, revelou o presidente da câmara, que pediu esclarecimentos ao Governo. O autarca, Luís Vital Alexandre, realçou que, apesar de o SAC ser “muito importante” para a população, está condicionado pela saída de “quatro médicos”. E, alertou, a situação ainda poderá agravar-se com a eventual saída de um quinto profissional, no espaço “de cerca de um ano e meio”.



O que já tentaram fazer no Parque das Merendas da Comenda é roubar o espaço público às pessoas, roubar o direito à Natureza

JOSÉ MANUEL PUREZA, coordenador do BE sobre a intenção dos proprietários da Herdade da Comenda

MAIS DE 70 POR CENTO DO TECIDO EMPRESARIAL SUJEITO A MAIS RISCO DE DESPEDITAMENTO

UGT diz que alteração das regras laborais depende do Chega

Alerta para previsível aumento do desemprego num distrito que já é o mais penalizado a nível nacional. Central sindical ainda está “muito longe” de chegar a acordo com o Governo. Decorrem contactos com os grupos parlamentares.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

O DESEMPREGO poderá agravar-se exponencialmente em todo o distrito de Setúbal caso seja aprovado o projeto-lei proposto pelo Governo relativo às leis laborais. O aviso é dos responsáveis da União Geral de Trabalhadores (UGT), que alertam para o facto de a liberalização dos despedimentos poder ter repercussões “catastróficas” nas pequenas e médias empresas da região, as quais constituem mais de 70 por cento do total.

“O expectável aumento do desemprego em caso de aprovação do projeto-lei far-se-á sentir com muito mais intensidade no distrito de Setúbal. Não só na Península, mas na totalidade dos 13 concelhos. O distrito, como acontece há mais de uma década, tem atualmente uma taxa de desemprego superior à média do país. Enquanto

no distrito o desemprego é de 6,3 por cento, a média nacional é de 5,8 por cento. Com a liberalização dos despedimentos proposta, tudo se irá agravar: O desemprego, a perda de capacidade económica dos trabalhadores e a própria produtividade. O desemprego será, sem dúvida, a consequência mais nefasta e visível”, explicou ao Semmais o presidente da UGT setubalense, Manuel Fernandes.

O sindicalista entende que “não é admissível discriminalizar os empregadores” que utilizam o trabalho informal, porque este “gera despedimentos ilícitos nas pequenas empresas”. “O novo pacote laboral pretende colocar todas as empresas, seja qual for a sua dimensão, em situação de igualdade, sem ter em conta que há aspetos como o valor das indemnizações e a formação profissional”, disse.

Estas previsíveis consequências podem, na opinião do dirigente sindical, fazer com que a adesão à greve geral convocada por outra central sindical (a CGTP) possa ter colhido a simpatia de diversas estruturas da UGT: “Não fomos nós que convocámos a greve geral, mas acredito que setores como os transportes, a saúde ou a educação tenham aderido mesmo com o facto de parte dos seus sindicatos não estarem filiados na UGT”.

“ESTÁ TUDO NAS MÃOS DO PARTIDO CHEGA”

Para a UGT, a aprovação ou reprovação do projeto-lei laboral não deverá ficar decidida antes do final do Verão. Os dirigentes sindicais acrescentam, no entanto, que a decisão final passará sempre pela decisão que venha a ser tomada pelo Chega.



“Acredito que o Chega não queira ficar com o ónus de uma decisão que será altamente lesiva para os trabalhadores. Aprovar o pacote laboral proposto pelo Governo acabará, sempre, por ter consequências eleitorais”, referiu Manuel Fernandes, acreditando que aquele partido não irá votar favoravelmente as alterações propostas.

“A UGT continua a fazer o seu trabalho. Ainda estamos longe de uma decisão final, apesar de aquilo que hoje é proposto já ser diferente da primeira versão. Nove meses depois o que é proposto já não é tão danoso. Ainda assim, estamos muito longe de chegar a um acordo com o Governo. Neste momento fazemos o nosso trabalho, comunicando e reunindo com os grupos parlamentares. Queremos,

entre outras coisas, que sejam tomados em conta aspetos que se afiguram muito lesivos para a generalidade dos trabalhadores e que poderão igualmente colocar em causa a subsistência de boa parte do tecido empresarial”, adiantou Manuel Fernandes.

O dirigente sindical referiu, por fim, que a eventual alteração das leis laborais “só irá contribuir ainda mais para o agravamento das condições verificadas numa elevada percentagem de empresas”. “Há muitas que se encontram no limiar da legalidade, com centenas de casos a serem apurados em tribunal. Se avançarem as medidas que irão aumentar, por exemplo, o trabalho não declarado, é certo que tudo será mais grave. Haverá mais desemprego e menos proteção laboral”, acrescentou. ■

Investimento de 4,6 milhões instala Ressonância Magnética e Robô na ULSAR

A UNIDADE Local de Saúde do Arco Ribeirinho (ULSAR) vai reforçar a capacidade tecnológica com a instalação, pela primeira vez, de um Sistema de Ressonância Magnética e de um Equipamento para Cirurgia Robótica, num investimento global de 4,6 milhões de euros.

De acordo com a nota recebida pela nossa redação, sistema de cirurgia robótica será equipado com tecnologia de última geração, permitindo, segundo a Unidade de Saúde, “a realização de procedimentos minimamente invasivos”, nomeadamente nas especialidades de Urologia, Ginecologia e Cirurgia Geral. A instalação deste novo sistema proporcionará, conforme a mesma fonte,

“maior precisão cirúrgica, com benefícios ao nível da recuperação dos doentes e da segurança clínica”.

Relativamente ao novo equipamento de Ressonância Magnética, permitirá a realização de exames recorrendo às “mais avançadas técnicas de imagiologia”, abrangendo utentes adultos e pediátricos. Segundo a referida nota, encontram-se contempladas as áreas de neurorradiologia, tórax, estudos abdomino-pélvicos, osteoarticulares, mama, cardiologia, oncologia, exames de difusão e angiografia, com e sem contraste.

“Com este investimento, a ULSAR reforça significativamente a resposta prestada aos utentes, aumentando a diferenciação



dos cuidados de saúde e reduzindo a necessidade de deslocação para outras instituições para a realização de exames e tratamentos essenciais. A introdução

destes novos equipamentos permitirá ainda assegurar cirurgias mais avançadas, com maior precisão e segurança clínica”, reitera a entidade.

A aquisição destes novos equipamentos surge no âmbito de uma candidatura apresentada pela ULSAR ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), integrada na medida destinada à aquisição de Equipamento Médico Pesado e Sistemas Cirúrgicos Robóticos para unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, sediada no Hospital de Nossa Senhora do Rosário, dá resposta, ao nível dos cuidados de saúde primários e hospitalares, aos utentes dos concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Seixal Criativo apurou três equipas para final dos jovens empreendedores

HÁ TRÊS EQUIPAS de jovens naturais do concelho do Seixal entre as 16 que são finalistas de um certame a decorrer no Porto para apurar, a nível nacional, quais os melhores projetos apresentados por jovens empreendedores de todo o país.

As três equipas apuradas para a fase final foram escolhidas entre um lote de 84. São equipas de jovens estudantes selecionadas a partir do programa Seixal Criativo, uma iniciativa que se desenvolve todos os anos no concelho e que pretende conceber e distinguir projetos que, pela qualidade e inovação, possam ser aproveitados para serem lançados nos mercados e valorizar os autores.

Os três projetos são o Atom I, que consiste num mini computador do tamanho de um telemóvel, que permite anexar módulos e inclui funções para quem trabalha ou estuda tecnologia, o Guideline, uma aplicação inovadora que gera projetos criativos únicos a partir de qualquer objeto ou imagem, e o Icupa, uma garrafa equipada com

um equipamento que permite recolher água e torná-la potável depois de submetida a um tratamento através de tecnologia UV.

Uma das criadoras do projeto Icupa é Sara Viegas, de 17 anos, aluna do 12-ano na escola José Afonso, no Seixal, e que ao Semmais revelou toda a satisfação por ver o seu trabalho e dos colegas reconhecido num certame tão importante. “Não sei se iremos vencer ou não, mas é importante termos atingido esta fase. Talvez possamos receber um financiamento para podermos continuar a desenvolver e comercializar a nossa garrafa concebida para recolher água nos rios e de muita utilidade para quem faz caminhadas”, disse.

A equipa que concebeu o Icupa, a também chamada “garrafa inteligente”, concebeu um dispositivo que purifica e filtra a água, utilizando carvão e a já referida tecnologia UV.

Também o presidente da autarquia, Paulo Silva, deu conta ao nosso jornal da utilidade de projetos como o Seixal Criativo. É pioneiro em Portugal e ini-

ciado em 2023. Tem frequência gratuita e é destinado a todos os jovens residentes e estudantes no concelho. Trata-se de um centro de aprendizagem e experimentação baseado em projetos nas áreas da ciência e tecnologia”, referiu, adiantando ainda que a coordenação está a cargo do município através dos professores António Câmara e Edmundo Nobre.

O Seixal Criativo conta com salas de trabalho, de reuniões, de lazer, de testes e de laboratórios para o desenvolvimento do software e prototipagem rápida de projetos de hardware. “Pretende-se que o Seixal Criativo apoie os jovens no desenvolvimento de projetos que os vão ajudar na familiarização com as tecnologias pilares de uma internet em mutação e dotá-los de conhecimentos científicos e tecnológicos de fronteira”, disse ainda Paulo Silva, acrescentando que neste momento estão a ser desenvolvidos 20 projetos diferenciadores. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO



PUBLICIDADE



13 junho - 21h00
APRESENTAÇÃO EM DESFILE
AVENIDA LUÍSA TÓDI
› Entrada gratuita

SETÚBAL 2026
Marchas Populares

26 e 27 junho - 21h00
APRESENTAÇÃO A CONCURSO
PAVILHÃO MUNICIPAL DAS MANTEIGADAS

MARCHAS A CONCURSO:
 ARPISS - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS S. SEBASTIÃO | NÚCLEO RECREATIVO E DESPORTIVO ÍDOLOS DA PRAÇA | GRUPO DESPORTIVO SETUBALENSE "OS 13" | ACADEMIA CULTURAL DE TEATRO E ARTES DE SETÚBAL - ACTAS | UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DAS PONTES | NÚCLEO DOS AMIGOS DO BAIRRO SANTOS NICOLAU | GRUPO DESPORTIVO INDEPENDENTE

PARTICIPAÇÕES EXTRACONCURSO:
 MARCHA HONORÁRIA DA APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SETÚBAL | MARCHA INFANTIL NÚCLEO RECREATIVO E DESPORTIVO ÍDOLOS DA PRAÇA | MARCHA INFANTIL NÚCLEO DOS AMIGOS DO BAIRRO SANTOS NICOLAU | MARCHA INFANTIL ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BÁSICA DA BREJOEIRA



Península quer manter qualidade da água e travar o aumento das tarifas



Quando se assinala o Dia Mundial do Ambiente dois dos principais municípios do distrito chamam a atenção para a necessidade de manter a qualidade dos serviços e travar o valor das tarifas que, entre 2015 e 2023, subiu mais de 300 por cento. Amarsul garante que não fará aumentos este ano e no próximo.

MANTER a qualidade da água para consumo doméstico e, em simultâneo, conseguir controlar os custos cobrados por quem faz a gestão de águas residuais, é a grande preocupação dos vários municípios e serviços municipalizados de água e saneamento da península de Setúbal. Esta sexta-feira celebra-se o Dia Mundial do Ambiente e a consciencialização dos jovens é outro dos objetivos comuns a atingir.

“Temos um conjunto de atividades que se destinam a assinalar o Dia Mundial do Ambiente. Existe uma especial preocupação em direcionar as campanhas para as comunidades escolares e, nesse sentido, para além de estarmos a promover operações de limpeza e de adoção de boas práticas, temos ainda a realização constante de pequenas peças temáticas. Neste momento, por exemplo, estamos a apresentar uma chama-

da ‘Há monstros no esgoto’, explicou ao Semmais o diretor dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Setúbal, José Alexandre.

O responsável setubalense diz, também, que tão importante como a sensibilização dos jovens é a necessidade de os municípios chegarem a um acordo com a Amarsul, empresa que faz a valorização e tratamento dos resíduos sólidos em quase toda a Península. “Neste momento cada munícipe paga 77 euros por cada tonelada de lixo recolhida. É um valor, astronómico, esmagador e exorbitante que se abate anualmente sobre cada município. Em Setúbal corresponde a cerca de seis milhões de euros”, afirma.

De acordo com o mesmo responsável dos SMAS, apesar das divergências com a Amarsul devido às taxas pagas, “existe sempre a vontade de prestar mais e melhores serviços e isso reflete-se, por exemplo, nos esforços que

fazemos na contratação de mais pessoal e também na aquisição de mais meios”: “Tivemos, desde a privatização da Amarsul, um aumento das tarifas superior a 300 por cento. Em seis ou sete anos os munícipes de pagar um valor de 22 euros para 77. É um esforço imenso e que não pode ser aumentado. A resposta que nos dão é a de que a empresa também tem um conjunto de encargos que precisa satisfazer. O que sabemos é que é necessário travar imediatamente o aumento das tarifas. Isso mesmo já ficou estabelecido pelas autarquias da Península, independentemente da cor política dominante em cada uma delas”.

José Alexandre considera ainda que é importante que o próprio Governo ajude a travar o eventual crescimento das tarifas, pelo que já foi solicitada a intervenção da ministra do Ambiente: “É preciso estancar. O que acontece atualmente é a existência de autênticos garrotes financeiros aplicados a cada



IMAGEM DR

Escolas estrangeiras já visitam Museu da Água

O concelho de Almada é o mais populoso de toda a Península e também ali, de acordo com a administração dos SMA locais, a prioridade é assegurar a qualidade da água domiciliar. Esta é, de resto, uma das referências positivas apontada a todos os nove municípios locais. “Estamos conscientes da necessidade de continuarmos a investir na consciencialização ambiental. Por isso temos durante todo o ano ações que passam pela realização de ações nas escolas do concelho, mas também por trazeremos os estudantes ao Museu da Água, onde lhes é explicado todo o ciclo, desde a captação até ao tratamento. A adesão a esta iniciativa é de

tal modo relevante que, para além dos estabelecimentos escolares do concelho, também já somos procurados por alunos de outros municípios e, até, por escolas estrangeiras. Recentemente tivemos a visita de um grupo de estudantes romenos”, disse ao nosso jornal o vogal da administração dos SMAS almadenses, Nelson Pólvora. O investimento municipal na melhoria da qualidade ambiental traduz-se, afirma Nelson Pólvora, na preocupação de procurar cada vez mais a utilização de energias renováveis. “Este ano temos um investimento previsto na ordem dos 500 mil euros. No futuro a ideia é continuar a fazer esta aposta”, refere.

município, que ficam quase impedidos de aplicar outras medidas tendentes ao seu desenvolvimento”.

AMARSUL GARANTE QUE NÃO HÁ SUBIDAS EM 2027

Face às críticas endereçadas pelos municípios a Amarsul, por intermédio de um dos seus administradores, Nuno Canta, entende que “é conveniente explicar que os aumentos verificados foram, efetivamente, muito grandes até 2023”. Tal facto deveu-se, diz aquele responsável, à necessidade de efetuar um conjunto de investimentos que acabam por ter grande relevância ambiental.

“Importa frisar, em primeiro lugar, que a Amarsul não irá fazer nenhum, aumento de tarifas este ano, tal como não o prevê fazer em 2027. Os aumentos significativos que ocorreram até 2023 foram uma consequência da obrigatoriedade de satisfazer um conjunto de determinações da União Europeia. Entre essas obrigações podemos salientar, por exemplo, o sistema de tratamento de bio-resíduos, no qual foram investidos 30 milhões de euros. Com esse investimento cada município deixou de investir nesse tipo de tratamento”, explicou o administrador.

Nuno Canta, que já foi presidente da câmara do Montijo, considera também

que as reclamações dos autarcas “acabam por ser normais”, salientando, contudo, que “por vezes parece haver muita falta de informação”. “Reconhecemos a razão dos municípios quando reclamam dos valores que a cada pessoa paga ou quando apontam o dedo, por exemplo, a questões como a limpeza e manutenção de espaços públicos, mas por outro lado ninguém pode acusar a Amarsul de não se esforçar para cumprir a sua função e que passa pela melhoria da qualidade ambiental. Esse esforço traduz-se, por exemplo, em investimentos anuais que podem oscilar entre cinco e os dez milhões de euros. Este ano serão nove milhões”, diz. ■



SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SETÚBAL
GESTÃO PÚBLICA DE ÁGUAS E RESÍDUOS

**EM 2022 REATIVÁMOS
A GESTÃO PÚBLICA
E INICIÁMOS UM NOVO CICLO
DE DESENVOLVIMENTO.
COM A FORÇA DA GESTÃO PÚBLICA
ESTAMOS A MELHORAR OS SERVIÇOS
E A QUALIDADE DE VIDA.**

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

**OBRIGADO A TODOS OS MUNÍCIPES QUE,
TODOS OS DIAS, NOS DESAFIAM A PRESTAR
UM SERVIÇO DE MELHOR QUALIDADE.**

AUTARQUIA PROCURA FINANCIAMENTO PARA REQUALIFICAÇÃO EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ

Investimento de três milhões no Bairro da Atalaia deverá arrancar em 2027

Projeto prevê uma intervenção em cerca de 67 mil metros quadrados para melhorar a acessibilidade, a mobilidade, os espaços verdes e o mobiliário urbano daquele bairro de Vila Nova de Santo André.

TEXTO DAVID MARCOS

A REQUALIFICAÇÃO do Bairro da Atalaia, em Vila Nova de Santo André, representa um investimento estimado em três milhões de euros e deverá avançar em 2027. O município de Santiago do Cacém está atualmente a procurar oportunidades de financiamento que permitam suportar uma parte significativa da empreitada.

A informação foi avançada ao Semmais por Bruno Gonçalves Pereira, presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, depois de o projeto ter sido aprovado pelo executivo no início de maio. “O nosso gabinete especializado em estudos e projetos está à procura de todos os avisos que possam ser utilizados para linhas de financiamento desta obra, até porque se trata de um investimento substancial para ser suportado pelo orçamento da autarquia. Aquilo que pretendemos é chegar a um conjunto de linhas de financiamento que possam suportar, numa larga medida, este



projeto”, explicou o autarca, confirmando a intenção de lançar a obra no próximo ano.

Segundo o edil, a intervenção responde a necessidades acumuladas ao longo de várias décadas num bairro construído no final dos anos 70 e que nunca beneficiou de uma requalificação profunda.

“É um bairro onde os primeiros edifícios chegaram a um ponto de degradação notório, até fruto do desleixo camarário durante estas décadas. Chegou-se a um ponto em que foi necessário fazer um projeto de requalificação, também por pressão da própria população. Para se perceber a di-

mensão da situação, é preciso quase tudo”, sublinha.

INTERVENÇÃO VISA MELHORAR ESPAÇO PÚBLICO

Esse “quase tudo” traduz-se numa intervenção abrangente em cerca de 67 mil metros quadrados, destinada a melhorar a qualidade do espaço público,

tanto do ponto de vista paisagístico como funcional.

O projeto contempla a reorganização da circulação pedonal, a criação de acessos desnivelados nas passadeiras para melhorar a acessibilidade, a instalação de equipamentos de apoio à utilização dos espaços verdes e públicos, a repavimentação de vias, a resolução de problemas de drenagem de águas pluviais e da rede de esgotos domésticos, bem como a criação de novas bolsas de estacionamento.

As várias componentes da empreitada estarão em discussão já na próxima segunda-feira, numa sessão pública de esclarecimento promovida na Biblioteca Municipal de Santo André. Segundo Bruno Gonçalves Pereira, o objetivo é apresentar as soluções previstas e recolher contributos da população antes da fase final do processo. “Isto não se trata de um projeto fechado e irreversível. Vamos ter os autores, a nível da arquitetura, para falarmos e explicarmos algumas das soluções previstas, mas também para ouvir e recolher sugestões da população. Caso exista necessidade, faremos mais sessões de esclarecimento”, reitera o autarca. ■

Montijo avança com análise para criar Polícia Municipal

Autarquia quer reforçar a fiscalização do cumprimento de regulamentos municipais, a vigilância de espaços públicos e o policiamento de proximidade, sem substituir as competências da PSP e da GNR.

A AUTARQUIA do Montijo vai avançar com um estudo de viabilidade para avaliar a criação de uma Polícia Municipal no concelho. A proposta foi aprovada na última reunião do executivo com os votos favoráveis dos vereadores do Movimento Montijo com Visão e Coração, do PSD e do Chega, e a abstenção do PS.

Para o presidente da autarquia, Fernando Caria, a eventual constituição desta força poderá representar uma mais valia para o concelho. “Vamos analisar a viabilidade desta Polícia Municipal. Pode ser uma mais valia porque esta força pode ajudar na manutenção da tranquilidade pública, mas, mais importante, pode assegurar a fiscalização e o cumprimento das leis e regulamentos municipais”, disse

ao Semmais. E acrescentou: “O Montijo é uma cidade que está a enfrentar um crescimento populacional significativo e temos de ir ao encontro desta nova realidade”.

Segundo Fernando Caria, uma das principais motivações para o estudo prende-se com a necessidade de reforçar a capacidade de fiscalização da autarquia em áreas como o estacionamento, a ocupação da via pública, os parquímetros ou o cumprimento de regulamentos municipais.

“A fiscalização na nossa câmara não é tão abrangente quanto seria necessário. Temos muitas situações relacionadas com estacionamento, parquímetros, obras que ocupam a via pública e temos de fazer cumprir a lei. Por exemplo, a PSP envia-nos, por

vezes, processos de contraordenação que depois não conseguimos acompanhar de forma tão eficaz quanto gostaríamos. Com a Polícia Municipal acreditamos que poderíamos melhorar o controlo destas situações”, sustenta.

O edil faz questão de sublinhar que uma eventual Polícia Municipal não substituirá as competências das forças de segurança nacionais nem resulta de um agravamento da criminalidade no concelho: “Considero, e os dados refletem isso, que a situação da criminalidade no concelho não é motivo de grande preocupação e acompanha, de forma geral, aquilo que acontece no país. Esta força poderá contribuir para o policiamento de proximidade e para a dissuasão de alguns comporta-



mentos, mas nunca substituirá a PSP ou a GNR”.

Apesar disso, Fernando Caria considera que o concelho necessita de mais efetivos das forças de segurança e afirma já ter procurado sensibilizar o Governo para essa necessidade. “É uma preocupação e já solicitei várias vezes reuniões com o ministro

da Administração Interna. Estamos disponíveis para colaborar, incluindo através de protocolos. Temos condições para disponibilizar espaço para novas instalações da PSP e da GNR e melhorar a capacidade de resposta destas forças do concelho”, conclui. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Antiga estação do Barreiro espera transformação há oito anos



Pensado como espaço de comércio, alojamento, cultura, comércio e lazer, os 32 mil metros quadrados da gare construída em 1884 continua sem qualquer serventia. IP e imobiliária Mainside fizeram negócio em 2018.

JÁ PASSARAM oito anos desde que a Infraestruturas de Portugal (IP) e a Mainside, empresas de investimentos imobiliários, chegaram a acordo para transacionar o edifício da antiga estação ferroviária do Barreiro, transformando-o num amplo espaço comercial, de lazer e também de restauração e hotelaria. Nos últimos anos foi anunciada, em pelo menos duas ocasiões, a intenção de iniciar os trabalhos e a câmara municipal até realizou alguns arranjos exteriores. No entanto, até hoje, nenhum outro trabalho foi executado.

“A indicação que tenho é a de que a Infraestruturas de Portugal (IP) e a Mainside irão ajustar o contrato. Quanto mais depressa o fizerem, melhor será para a cidade”, sintetizou ao Semmais o vice presidente do município barreirense, Rui Braga, confirmando que este é um projeto que se encontra há muito no papel e que, a ser concretizado, se apresentará como uma mais valia em termos lúdicos, mas também comerciais e de hotelaria.

Ao todo a área a intervir pela Mainside (que foi também quem desenvolveu o projeto LX Factory, em Lisboa)

é de 32 mil metros quadrados. Em 2018, anunciando o projeto Barreiro-Mar, a imobiliária falava do mesmo como algo capaz de gerar “novas dinâmicas e percursos”, anunciando mesmo a criação de um bosque de bambu a plantar numa zona de “passeio e bem-estar”. a empresa referia-se ainda aquele espaço como uma zona destinada ao passeio, à restauração e à cultura, havendo mesmo uma área destinada a concertos e exposições. A recuperação da doca fluvial, a poucos metros do antigo edifício ferroviário, era outra das intenções anunciadas.

Dois anos mais tarde a Câmara do Barreiro, anunciando um investimento na ordem dos 700 mil euros, iniciava alguns arranjos exteriores, nomeadamente em passeios e rodovias, espaços verdes, mobiliário urbano, sistemas de rega, drenagem pluvial e iluminação pública. Faltou, contudo, que a Mainside desse início à construção das áreas de hotelaria, comércio e restauração prometidas.

Essa mesma promessa veio, há dois anos, a ser reafirmada. A empresa, que o Semmais tentou contactar sem, no entanto, obter qualquer resposta, anunciou que iria transformar as velhas carruagens da CP ali abandonadas em alojamentos, mas também em lojas e ateliers de trabalho. Até hoje nada foi concretizado.

O nosso jornal procurou ainda obter mais informações junto da IP que, contudo, não respondeu a nenhuma das questões colocadas.

A antiga estação da CP encerrou em 2008 e ao seu lado foi construída a nova infraestrutura ferroviária. Desde então o edifício tem vindo a ser utilizado como armazém. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

PUBLICIDADE

36.ª
FEIRA
COMERCIAL
E AGRÍCOLA
DO POCEIRÃO
2026

CM-PALMELA.PT
FACEBOOK.COM/FEIRA.POCEIRAO/

12 - 14
JUNHO

PARQUE
MÁRIO
BENTO,
POCEIRÃO

Noite Jovem
Feira Franca
Tasquinhas
Espetáculos Musicais

Exposições
Vacada
Artesanato
Espaço Infantil

ORG:
MFCAP - Associação
da Feira Comercial
& Agrícola do Poceirão

APOIO:
União de Freguesias
de Poceirão e Marateca

Município
Palmela

ATIVIDADE PORTUÁRIA ACELEROU RECUPERAÇÃO COM UM CRESCIMENTO DE MAIS DE 7%

Portos de Lisboa e Setúbal movimentaram 5,5 milhões de toneladas até abril

Movimentação de mercadorias cresceu 7,2% nos primeiros quatro meses de 2026, impulsionada sobretudo pelos granéis sólidos e líquidos e pela recuperação da atividade no Porto de Lisboa.

TEXTO ANABELA VENTURA

OS PORTOS de Lisboa e Setúbal movimentaram 5,536 milhões de toneladas de mercadorias nos primeiros quatro meses de 2026, um aumento de 7,24% face ao mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pela administração portuária.

O crescimento foi impulsionado sobretudo pelo desempenho do Porto de Lisboa, que registou uma subida próxima dos 8% e ultrapassou os 3,8 milhões de toneladas movimentadas entre janeiro e abril. A recuperação da atividade intensificou-se em abril, mês em que o porto registou um aumento de cerca de 27% face ao período homólogo de 2025.



IMAGEM DR

Os granéis sólidos e líquidos foram os segmentos que mais contribuíram para a evolução positiva dos resultados. No caso da carga contentorizada, o Porto de Lisboa movimentou 151.563 TEU nos primeiros quatro meses do ano, o que representa um crescimento de 1,8%.

Entre os principais mercados de origem das mercadorias destacam-se Espanha, Brasil, França e Estados Unidos, enquanto Reino Unido, Itália,

Marrocos e Países Baixos surgem entre os principais destinos das exportações realizadas através do porto da capital.

CRESCIMENTO DE CERCA DE 5,8% NA ESTRUTURA SADINA

Já o Porto de Setúbal registou um crescimento global de cerca de 5,8%, sustentado pela evolução dos granéis líquidos, que aumentaram 25%, dos

granéis sólidos, com uma subida de 10%, e da carga contentorizada, que cresceu 7,8%.

Apesar da quebra registada na carga fracionada, o desempenho global manteve uma trajetória positiva. Em abril, o porto sadino movimentou cerca de 505 mil toneladas de mercadorias, valor semelhante ao registado no mesmo mês do ano anterior, beneficiando do aumento da carga geral fracionada e da carga contentorizada.

Os mercados europeus continuaram a dominar a atividade do Porto de Setúbal, com destaque para os Países Baixos e o Reino Unido no segmento da carga contentorizada. O porto registou igualmente movimentos relevantes com países como Marrocos, Uruguai e Brasil.

Para Vítor Caldeirinha, presidente da Administração do Porto de Lisboa e Setúbal, os resultados refletem a recuperação da atividade portuária na região. “Os resultados alcançados neste primeiro quadrimestre confirmam a trajetória de crescimento e recuperação da atividade portuária na região de Lisboa e Setúbal, evidenciando a capacidade de resposta, adaptação e complementaridade dos dois portos”, afirmou.

O responsável considera que a evolução registada reforça o posicionamento dos dois portos como plataformas estratégicas para o comércio internacional e para o abastecimento da região de Lisboa e da Península de Setúbal. ■

Investimento de 300 milhões leva marca Six Senses à Comporta

Empreendimento prevê um hotel com 70 quartos e 58 residências de marca, num investimento de cerca de 300 milhões que deverá criar mil postos de trabalho diretos e indiretos.

A HERDADE Pinheirinho Comporta, no concelho de Grândola, vai receber um hotel e um conjunto de residências da marca de luxo Six Senses, num projeto promovido pela VIC Properties e cuja abertura está prevista para 2028.

O empreendimento inclui um hotel com 70 quartos e 58 branded residences, as primeiras da cadeia em Portugal, representando um investimento estimado em cerca de 300 milhões de euros. Segundo os promotores, o projeto deverá gerar aproximadamente mil postos de trabalho diretos e indiretos.

A primeira pedra do Six Senses Comporta foi lançada no passado dia 26 de maio, numa cerimónia realizada no Pinheirinho Comporta que contou com a presença de João Cabaça, cofundador e

CEO da VIC Properties, Luís Vital Alexandre, presidente da câmara de Grândola, Viri Kaur, diretora global da Six Senses, e Marco Drummond, diretor comercial da VIC Properties.

“É um orgulho inquestionável termos uma marca como o Six Senses a abraçar o Pinheirinho Comporta, uma relação que estabelecerá um novo padrão de hospitalidade de luxo sustentável e de bem-estar integrado a nível europeu, elevando Portugal, e em particular a Comporta, no seu posicionamento turístico e residencial global”, afirmou João Cabaça.

O responsável acrescentou que a ligação entre a marca hoteleira e o território surge de forma natural. “O Six Senses e a Comporta são uma combinação perfeita. Quando analisamos os princípios que



IMAGEM DR

cada um representa – sustentabilidade, respeito pela comunidade, wellness, natureza – esta parceria torna-se natural e altamente agregadora”, sustentou.

Por seu lado, Luís Vital Alexandre destacou o impacto do investimento para o concelho e a aposta na sustentabilidade. “É fundamental que a comunidade local se sinta parte destes projetos. Isto é a prova de que Grândola é, neste momento, o centro do turismo em Portugal e, no futuro, será um grande centro do turismo mundial”, venceu o autarca.

O Six Senses integra-se no projeto global do Pinheirinho Comporta, uma propriedade com mais de 400 hectares que aposta numa oferta diversificada de serviços e equipamentos ligados ao turismo, lazer e bem-estar.

O empreendimento contempla espaços de restauração e comércio, atividades desportivas e ao ar livre, experiências destinadas a famílias e iniciativas orientadas para a valorização do património natural. Entre os principais equipamentos previstos encontram-se um campo de golfe de 18 buracos, desenhado pelo arquiteto Jorge Santana da Silva, um lago artificial, uma horta biológica e acesso direto à praia. ■

TEXTO ANTÓNIO LUÍS

REGRESSO À II DIVISÃO DUAS TEMPORADAS DEPOIS E SEM PERDER UM ÚNICO JOGO

HCP Grândola garante subida e sonha com o título nacional

Equipa alentejana garantiu o regresso à II Divisão de hóquei em patins sem conhecer o sabor da derrota e prepara agora a fase de apuramento de campeão frente a ADJ Vila Praia, APAC Tojal e HC Mealhada.

TEXTO DAVID MARCOS

O HCP Grândola assegurou no passado fim de semana o regresso à II Divisão nacional de hóquei em patins, dois anos após a descida ao terceiro escalão. A promoção ficou confirmada com a conquista da Zona Sul B, selada através da vitória por 3-8 no reduto do Sesimbra.

A equipa grandolense terminou a fase regular no primeiro lugar, com 72 pontos, mais um do que a Juventude Salesiana, segunda classificada, e mantém-se invicta esta temporada.

Segue-se agora a fase de Apuramento de Campeão, que arranca já este fim de semana e colocará frente a frente os vencedores das quatro séries da III Divisão: HCP Grândola, ADJ Vila Praia, APAC Tojal e HC Mealhada.

Apesar do excelente percurso realizado, Vítor Romão, presidente do clube, afasta favoritismos. “Acredito firmemente que existem 25 por cento de hipóteses

para cada uma das equipas. Estamos a falar das quatro melhores desta divisão. Podemos considerar todas equipas de 2.ª Divisão, portanto, quem assistir vai ver grandes jogos de hóquei, com o objetivo do título e o momento da competição a exponenciar a qualidade destas equipas. Vai ser renhido até à última jornada”, afirma.

O dirigente mostra-se orgulhoso pelo percurso da equipa, que soma 26 jogos sem derrotas e terminou a fase regular com o melhor ataque e a melhor defesa da sua série. “Enquanto adepto de hóquei confesso, muito honestamente, aproveitem e vão ao pavilhão ver esta equipa jogar. Têm uma fome de vitória tremenda, qualidade e são extremamente organizados. Mérito à equipa técnica que, com um plantel jovem e curto, conseguiu preparar este conjunto”, acrescentou o dirigente.



SUB-23 TAMBÉM SONHAM COM O TÍTULO

Além da subida dos seniores, o clube poderá viver uma época histórica caso conquiste também o título nacional

de sub-23. Muitos dos jovens que integram a equipa principal participam igualmente nesta competição.

O adversário na final, disputada à melhor de três jogos,

sairá do confronto entre Liamianos e Paredes. Para Vítor Romão, a possibilidade de conquistar um troféu inédito para os clubes a sul do Tejo representa uma motivação adicional. “Este é um troféu que nunca tocou a nenhuma equipa a sul do Tejo. Gostáramos de trazer esta conquista para o nosso distrito, para a nossa terra e para o nosso Alentejo. Vamos dar tudo por isso”, sublinha.

Com o regresso à II Divisão assegurado e uma forte aposta na formação, o presidente considera que o clube atravessa um momento particularmente positivo. “Estamos a sofrer as consequências de todos os atos, tanto para o bom como para o mau. Nem sempre acertamos, mas estamos sempre de boa fé. Grândola tem uma grande tradição no hóquei e enche-nos de alegria estarmos a trilhar, de novo, o caminho para estar entre os melhores”, conclui. ■

Almada AC opera reviravolta e garante a manutenção na Divisão de Honra de Andebol

Depois de entrar na fase de manutenção com quatro derrotas consecutivas, a equipa almadense reagiu com quatro vitórias nos cinco jogos seguintes e assegurou a permanência no segundo escalão do andebol nacional.

O ALMADA AC vai continuar a competir na Divisão de Honra, o segundo escalão do andebol nacional. A manutenção foi confirmada no passado fim de semana, com a vitória por 29-32 no reduto da AD Sanjoanense, em São João da Madeira.

Depois de, na época passada, ter lutado pela subida à principal divisão, o clube viveu uma temporada mais atribulada, marcada por vários contratemplos e pela necessidade de disputar a fase de manutenção. Ainda assim, o desfecho acabou por ser positivo. “Com

aquilo que nos foi acontecendo ao longo da temporada, muito honestamente, faço um balanço positivo da atual temporada. Tivemos alguns problemas internos, com algum desgaste na nossa relação com a direção, mas também algumas coisas externas, como lesões dos jogadores. Na minha carreira, nunca tinha visto nada assim. Não quero que sirva de desculpa, mas foi uma época atípica e acabámos por ser obrigados a disputar a manutenção”, sublinha Filipe Rita, treinador dos almadenses.



A permanência foi alcançada graças a uma recuperação notável. Depois de iniciar esta fase decisiva com quatro derrotas consecutivas, o Almada AC venceu quatro dos últimos cinco encontros, começando com um triunfo por 32-33 diante do Feirense. “Acho que vieram ao de cima as principais características que nos marcaram nos últimos três anos, nomeadamente a resiliência. Sinto que este grupo, em todos os momentos de aperto, nunca ce-

deu, nunca vacilou. A equipa teve seriedade e conseguimos sempre acreditar que íamos reverter a situação”, defende o técnico.

Para o treinador, a recuperação teve uma forte componente mental, mais do que estratégica ou tática. “O problema era mais uma questão de confiança, porque estávamos a fazer bem o nosso trabalho, a executar bem as diversas situações de jogo, fazíamos golos, condicionávamos o ataque do adversário. Portanto,

tive de reforçar a mensagem, a parte psicológica e dar um reforço positivo à equipa, de acreditar e continuar a trabalhar como vínhamos a fazê-lo”, revela.

Na conversa com o Semmais, Filipe Rita confirmou ainda que não continuará no comando técnico do Almada AC, encerrando um ciclo de três temporadas no clube. “Foram três anos muito bons e de grande aprendizagem. Tive no Almada a minha cadeira de sonho. Fui um atleta do Almada, o Almada é o meu clube do coração e estarei eternamente grato ao clube por me ter aberto esta possibilidade”, confessa.

A saída marca o fim de uma ligação particularmente significativa para o treinador, que orientou o clube numa das fases mais competitivas da sua história recente e despede-se após cumprir o objetivo da permanência. ■

TEXTO DAVID MARCOS

“EU SOU ALMA” JUNTA DIOGO FARO, JOÃO MALHA E IOLANDA RODRIGUES

Ópera inspirada em sobrevivente de bombardeamento chega a Setúbal

Primeira edição do Festival do Bairro – Cinema de Rua inclui a exibição de “Salto”, de Nuno Baltazar, “Chama”, de Lucas Dutra, “Vasco da Gama – O Mar Infinito”, de Cláudio Jordão, e “O Menino de Baião”, de João Seugirdor.

TEXTO DAVID MARCOS

“EU SOU ALMA” é a mais recente criação da Associação Setúbal Voz. Depois da estreia, em março, em Guimarães, o espetáculo sobe ao palco do Fórum Luísa Todi, em Setúbal, esta sexta-feira e sábado.

A obra, com libreto de Diogo Faro, música de João Malha e coreografia de Iolanda Rodrigues, inspira-se na história de Alma Jaroor, uma menina palestina que, com apenas 12 anos, conseguiu sobreviver e salvar o irmão de 18 meses após um bombardeamento israelita em Gaza, em dezembro de 2023. O ataque deixou os dois soterrados sob os escombros e matou os restantes membros da família. “Procurámos escolher um compositor que tivesse uma linguagem musical acessível ao grande público, porque, por si só, já é um tema trágico. Era importante que a música fosse acessível e ajudasse a construir o espetáculo”, explica Jorge Salgueiro, diretor artístico da Associação Setúbal Voz.

Em palco estarão a Companhia de Ópera de Setúbal, responsável pela interpretação da dramaturgia, e a Orquestra do Festival Luísa Todi, que confere



ao espetáculo uma sonoridade marcada pelos instrumentos de cordas, como violinos, violas, violoncelos e contrabaixos. “Temos música muito bonita e melódica, naturalmente com momentos mais ale-

gres e outros mais tristes. Vamos contar a história de uma família normal, com crianças que brincam e com uma Alma que tem os seus objetivos de vida e quer ser médica, tal como a mãe. De um mo-

mento para o outro, a realidade desta família completa e feliz muda”, acrescenta o responsável.

ENCONTRAR O EQUILÍBRIO ENTRE OS POVOS

Este é o segundo espetáculo em que a Associação Setúbal Voz colabora com o escritor e humorista Diogo Faro. A parceria começou com “O Presidente da Associação de Estudantes Ganhou uma Viagem ao Brasil”, criado no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. “O Diogo tem uma intervenção política muito constante e muito militante sobre estas temáticas. Este texto é muito bonito e transmite precisamente estes dois lados: o de uma família feliz e o do desastre provocado pela guerra”, salienta Jorge Salgueiro.

Para o diretor artístico, a nova produção representa uma forma de “demonstrar o equilíbrio” da associação perante este conflito, depois de, no ano passado, ter estreado a ópera “Leonor e Benjamim”, inspirada na história de amor de dois jovens durante a perseguição e o massacre de judeus em Lisboa, no século XVI. “Não estamos de nenhum dos lados. Estamos do lado dos povos que sofrem e sentimos a necessidade de abordar estes temas. Queremos que a humanidade aprenda a não recorrer à violência e que os povos deixem de se massacrar uns aos outros”, defende. ■

Festival leva cinema de rua aos bairros de Setúbal

Primeira edição do Festival do Bairro – Cinema de Rua inclui a exibição de “Salto”, de Nuno Baltazar, “Chama”, de Lucas Dutra, “Vasco da Gama – O Mar Infinito”, de Cláudio Jordão, e “O Menino de Baião”, de João Seugirdor.

O CINEMA vai ocupar vários espaços públicos de Setúbal com a primeira edição do Festival do Bairro – Cinema de Rua, iniciativa que decorre entre 19 e 21 de junho e que apresenta uma programação construída com a participação de moradores dos bairros da União das Freguesias de Setúbal.

Organizado pela câmara de Setúbal, o festival tem coordenação do programador e jornalista Rui Pedro Tendinha e resulta de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do programa Comunidades em Ação, integrado na Operação Integrada Local im-

plementada naquela freguesia. “A ideia aqui era dar uma abordagem diferente da que existe nos festivais de cinema. Queria montar um festival de cinema para quem não está habituado a ver cinema, que o povo, propriamente dito, fosse basicamente o comité de seleção”, revela o responsável ao nosso jornal.

Segundo Rui Pedro Tendinha, a programação nasceu de um trabalho comunitário desenvolvido ao longo de cerca de um ano e meio, envolvendo mais de meia centena de participantes dos bairros do Viso, dos Pescadores e do Grito do Povo. “O grande desafio aqui foi perceber inicial-



mente a relação destas pessoas com o cinema e constatámos que esta população, quer os mais velhos, quer os jovens, já não vai muito ao cinema. Tivemos de lhes abrir horizontes e sensibilizá-los para o prazer de voltar a ver cinema e para a forma como se vê um filme”, explica.

Além das sessões de cinema, os participantes tiveram oportunidade de contactar

com profissionais da área através de conversas e workshops. Entre os convidados estiveram as atrizes Anabela Moreira e Mariana Monteiro e o ator Paulo Pires.

O festival arranca dia 19, às 21h45, nos Edifícios Montalvão, com a exibição de “Bairro do Povo”, de João Bordeira e Sérgio Braz d’Almeida. O filme resulta de um trabalho de in-

vestigação desenvolvido pelos realizadores em conjunto com a antropóloga Vanessa Iglésias Amorim nos bairros dos Pescadores e do Grito do Povo.

O Largo da Misericórdia e a Sociedade Capricho Setubalense são outros dos espaços que acolhem a iniciativa. No dia 20 serão exibidas as quatro curtas-metragens a concurso: “Salto”, de Nuno Baltazar, “Chama”, de Lucas Dutra, “Vasco da Gama – O Mar Infinito”, de Cláudio Jordão, e “O Menino de Baião”, de João Seugirdor.

O encerramento está marcado para 21 de junho e inclui a exibição do documentário “Festival do Bairro – Uma História de Outros Olhares de Cinema”, encomendado pela organização ao realizador setubalense Pedro Augusto Almeida. A obra acompanha o processo de criação do festival e regista a experiência dos participantes ao longo do projeto. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Paisagem de Inhambane inspira espetáculo “OU”

Criação teve como ponto de partida a cidade onde atracou Vasco da Gama na sua navegação para a Índia. Espetáculo multidisciplinar apresenta um encontro entre dois corpos para uma reflexão sobre histórias, crenças e vontades.

O FÓRUM Cultural do Seixal recebe esta sábado o espetáculo “OU” pela Central Elétrica, que resulta da colaboração entre André Braga e Cláudia Figueiredo, membros da direção artística da estrutura e o artista moçambicano Panaibra Canda.

A criação, que retrata o encontro entre dois corpos, um branco e outro negro, teve como ponto de partida a paisagem de Inhambane, uma cidade costeira moçambicana, onde parou Vasco da Gama na sua navegação para a Índia. “Quisemos investigar um pouco e fomos para lá com a ideia de dar um outro olhar sobre a história, queríamos pensar a história, mas tentar encontrar outras formas de contar a história. É nesse sentido que acabamos por chegar à ideia de contar a história de dois corpos que se encontram num lugar cheio de memórias e que podem ter vários corpos dentro de si”, conta André Braga em conversa com o Semmais.

Além da inspiração na mitologia de Drexciya, que imagina um povo subaquático descendente de escravos africanos que foram deitados ao mar e muito mais que a ligação histórica ao período das navegações, do colonialismo e da escravatura, houve a preocupação em recolher contributos locais para enriquecer o projeto. “Sempre que entramos por essa questão da história, do colonialismo, da escravatura, o projeto ficava menos interessante, não queríamos só ficar agarrados a isso. Conversamos com uma curandeira que nos con-



tou coisas que para nós são ficção, mas que para aquele povo é mesmo verdade, é uma crença forte. E é aí que estes corpos se começam a encontrar, com as suas forças, com trações, com histórias e vontades”, explica o diretor artístico.

André Braga considera que o espetáculo é “contemplativo e bastante aberto”, mas que pode, inclusivamente, servir de ponto de partida sobre aquilo que separam os povos e as diferenças entre culturas e crenças. “Interessa-nos um lugar que está mais próximo da terra, menos tecnológico, numa relação com a terra em si. Quem parece menos evoluído? Ou será que está mais evoluído? Uma tribo em África está mais atrasada? Ou estão mais evoluídos

porque estão mais preparados para um colapso tecnológico e social do que nós?”, questiona.

Apostando na multidisciplinaridade, através de sons e também vídeo, na dramaturgia emerge também um cenário simples e com elementos naturais, como búzios e troncos. “Existe aqui uma sensibilidade entre estes dois corpos e uma relação com muitos espíritos e estes objetos cenográficos também. São troncos recolhidos do mar, que ganham esta forma fantasmagórica. No vídeo também distorcemos imagens e vemos estes fantasmas”, sublinha André Braga. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Cinco concertos na quarta edição do “Jazz na Vila” em Azeitão

ARRANCA no próximo dia 12 a quarta edição do certame “Jazz na Vila” que, realizado em Azeitão, no concelho de Setúbal, conta com cinco concertos. Há semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a iniciativa, organizada pelo Jazz na Vila e freguesia de Azeitão, promove diferentes estéticas, apostando em composições originais com foco na criação e inovação jazzística.

Nesse sentido, de acordo com a organização, o festival arranca em Oleiros com o espetáculo da dupla Faustino e Neves, composta pelos guitarristas Francisco Neves e Eduardo Faustino. O reportório viaja aos standards jazzísticos para compositores como Kenny Wheeler e Bill Frisell.

Já no dia 19, a Aldeia da Piedade acolhe a apresentação de “Monks na Meia Praia”, formação de Gonçalo Sou-



sa, Carlos Garcia e Gonçalo Naia que assenta num diálogo musical entre piano, harmónica e contrabaixo, com influências de música erudita e tradicional.

A atuação do Rita Caravaca Trio no dia 26, em Vendas de Azeitão, encerra a programação do certame em junho. Neste concerto a jovem pianista apresenta música original, liderando um trio

de piano que conta com Francisco Coelho e Emanuel Inácio.

A iniciativa regressa a 17 de julho, já em Vila Fresca de Azeitão, agora com a atuação do António Carvalho Quinteto, formação de António Carvalho, Gonçalo Marques, José Soares, João Carreiro e Demian Cabaud, levando ao festival uma faceta mais vanguardista do jazz nacional.

O último concerto está agendado para o dia 24, em Vila Nogueira de Azeitão, com um reportório de composições originais que reinterpretem a tradição musical cabo-verdiana e que vão colocar em palco Catarina dos Santos e Terra Terra, com Catarina dos Santos, Filipe Duarte, Gonçalo Leonardo, Jonas Dantas e Pedro Santos. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Agenda



JÚLIO RESENDE & BRUNO CHAVEIRO

O Auditório Fernando Lopes-Graça acolhe o concerto de um projeto inovador que une a alma do fado e a liberdade da improvisação do Jazz. No Festival dos Capuchos, este duo apresenta o recente “Piano Português Namora Guitarra Portuguesa”.

Almada

6 de junho, às 21h00



SAFARI

Considerado como um dos nomes promissores do rap alternativo em Portugal, apresenta no Centro de Experimentação Artística “Efeito Borboleta”, que acompanhado por banda parte da teoria do caos para refletir sobre o impacto dos pequenos gestos e decisões.

Moita

6 de junho, às 21h30



“CÔA MAIS SELVAGEM”

Em exibição no Parque Metropolitano da Biodiversidade, este documentário faz uma viagem pelo vale do rio Côa e pelo trabalho de renaturalização desenvolvido ao longo de cinco anos pela Rewilding Portugal.

Seixal

6 de junho, às 21h30



CIAN NUGENT

Guitarrista, cantor, compositor e produtor irlandês participa na iniciativa “Guitarras ao Alto”, com uma sonoridade mais abrangente, que mistura folk, rock clássico, psicadelismo e texturas experimentais.

Setúbal

7 de junho, às 19h00

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

Resíduos: é tempo de entendimento

A disputa entre vários municípios da Península de Setúbal e a Amarsul sobre as tarifas de tratamento de resíduos já dura há demasiado tempo. Entre 2015 e 2023, os aumentos acumulados rondaram os 300%, gerando forte contestação por parte das autarquias e contribuindo para o acumular de dívidas significativas.

Os municípios têm razões para se preocuparem. A escalada dos custos exerce pressão sobre orçamentos já sobrecarregados e acaba por refletir-se, direta ou indiretamente, na factura paga pelos municípios. É legítimo exigir transparência na formação dos preços e assegurar que os aumentos são proporcionais e justificados.

Mas também é necessário reconhecer que a Amarsul presta um serviço público essencial e enfrenta exigências ambientais cada vez mais rigorosas. Para manter e melhorar infraestruturas, cumprir metas ambientais e garantir a qualidade do serviço, precisa de uma situação financeira sólida.

O problema é que a continuação deste braço-de-ferro não beneficia ninguém. Nem os municípios, nem a Amarsul, nem os cidadãos. Enquanto o conflito se prolonga, aumentam as incertezas e adiam-se soluções que são urgentes.

Por isso, mais importante do que discutir quem tem razão é encontrar um ponto de equilíbrio. E aqui o Governo pode e deve desempenhar um papel facilitador, promovendo o diálogo entre as partes e ajudando a encontrar mecanismos que garantam simultaneamente tarifas socialmente aceitáveis e a sustentabilidade financeira do sistema.

A gestão dos resíduos é um desafio coletivo. Exige responsabilidade, cooperação e visão de longo prazo. Os cidadãos esperam soluções, não conflitos permanentes.



À PARTE

LEVI MARTINS
DIRETOR DA COMPANHIA
MASCARENHAS-MARTINS

Tenho verificado, em caixas de comentários nas redes sociais, que há muita gente que gosta de sustentar as suas opiniões acerca do financiamento público para as artes numa citação de Javier Milei, qualquer coisa como: “se para viver da arte precisas de subsídios, então não és artista, és funcionário público”. Bom, só para começar, é curioso como aparentemente ser funcionário público é, para estas pessoas, uma espécie de insulto. Trabalhar para o bem comum e não para o mercado aparentemente é, em si, um problema. Depois, importa constatar a forma entusiasta como se adere a uma frase dita pelo presidente de um país bastante diferente de Portugal, como se fosse mesmo a que faltava para caracterizar a nossa realidade.


Analisemo-la, então. Devíamos começar por procurar na História provas de que só foram ou são grandes artistas aqueles que vingaram no mercado. Porém, valerá mesmo a pena fazer essa pesquisa? Muita da arte que continua a ser estudada e faz parte da História está ligada ao mecenato e às cortes, ou seja, não teria sobrevivido no mercado – até porque noutras épocas esse conceito nada tinha que ver com o do presente (creio que será também escusado ir até às pinturas rupestres para demonstrar que a expressão artística é uma necessidade humana). Para ser mais directo e falar da actualidade, vamos ao motivo pelo qual existe financiamento público para as artes: é para que haja o máximo de diversidade de oferta possível a baixo custo, em diferentes pontos do país; ou seja, destina-se em primeiro lugar ao público e não aos artistas. Sem financiamento público, não existiriam companhias de teatro ou de dança a trabalhar um pouco por todo o território, não existiria cinema de autor, orquestras regionais, não existiriam teatros nacionais, galerias ou bibliotecas municipais, entre muitas outras entidades que se dedicam a criar, programar, fazer mediação cultural, etc. Porquê? Por motivos muito simples que se relacionam entre si: 1) Portugal é um país com muito baixos índices de consumo cultural; 2) a população portuguesa tem baixo poder de compra; 3) é um país pequeno, com um mercado interno quase inexistente (a circulação de espectáculos, mesmo os ditos “comerciais”, faz-se sobretudo em programações de espaços públicos, festas populares pagas pelo erário público, entre outros contextos quase sempre dependentes ou relacionados com dinheiros públicos).

MILEI E OS ARTISTAS ENQUANTO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Por detrás da frase de Milei e da sua repetição ad nauseam nas redes sociais, está uma ideia de sociedade em que o mérito só existe na relação com o mercado. Ou seja, só tem valor quem sabe vender aquilo que faz ao ponto de tornar a sua actividade rentável. A questão é que quando o objectivo é vender – e este é o ponto central mas aparentemente incompreensível para quem é fã da dita frase –, os critérios artísticos passam a ser secundários. Se um artista precisa do mercado para viver da sua arte, então talvez não seja artista mas sim vendedor – podia ser uma espécie de contraponto. A questão reside na natureza da actividade, não no facto de a mesma garantir ou não a sua rentabilidade. Não é que a maior parte dos artistas não tenha consciência do que precisaria de fazer para tentar que a sua arte fosse popular e mais vendável, a questão é que isso faria com que, enfim, não fosse arte. É uma questão ética, na realidade, pois a criação artística pressupõe liberdade, a qual é contrária à lógica de utilização de formas pré-estabelecidas. O que devíamos prezar é exactamente a capacidade de os artistas terem a coragem e a perseverança de desenvolverem obras singulares através das quais possamos ter contacto com diferentes formas de interpretação do mundo, que é o exacto oposto da ideia absurda de uma arte genérica, neutra, pensada para agradar à maioria da população, portanto feita de forma condescendente por apontar para a mediania e não exigir o máximo. Exigir o máximo do público é respeitar a sua inteligência.

O mais preocupante na utilização da frase de Milei nem é, a meu ver, o facto de demonstrar total ignorância quanto à inexistência de um mercado em Portugal que possa garantir a criação artística – e a decorrente necessidade de se financiar este sector de actividade. É o facto de revelar uma animosidade subjacente quanto aos artistas portugueses e o mais ofensivo desprezo em relação a um trabalho vasto do qual não faltam exemplos de extraordinária qualidade e relevância. Sim, refiro-me ao trabalho que, ao longo das últimas décadas, foi feito nas áreas do teatro e da performance, da dança, da música, do cinema, das artes visuais ou cruzamentos disciplinares por existir financiamento público. E não deixa de ser curioso constatar que muitas vezes quem repete frases como a de Milei é quem, igualmente, é capaz de gritar, a plenos pulmões ou em CAPS LOCK, que é patriota.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa, / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** /  /jornalsemmais



UM CAFÉ E DOIS DEDOS DE CONVERSA

PAULO EDSON CUNHA
DEPUTADO PSD

Portugal enfrenta há demasiado tempo um impasse invisível, mas profundamente destrutivo. Fingimos que proteger o trabalhador significa cristalizar a lei numa redoma burocrática, enquanto assistimos, impávidos, à fuga dos nossos jovens licenciados, a uma produtividade que teima em não sair da cauda da Europa e a um fosso salarial gritante em relação aos nossos parceiros europeus. A verdade, por mais desconfortável que seja, é evidente: o nosso atual modelo laboral, desenhado para uma economia de chão de fábrica e assiduidade picada ao segundo, está completamente desadaptado da realidade. É por isso que a Proposta de Lei «Trabalho XXI» não é apenas necessária – é uma urgência nacional.

O grande mérito desta reforma é a capacidade de quebrar o velho dogma ideológico de que “flexibilidade” é sinónimo de “precarização”. O documento prova precisamente o oposto. Propõe-se criar empresas competitivas e salários europeus, sim, mas faz-o através do reforço inédito dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Olhemos para a parentalidade. Enquanto a lei atual empurra a maioria dos pais para uma perda de rendimento substancial ao reduzir a licença partilhada para 80% do salário, o «Trabalho XXI» assume o pagamento a 100% nos primeiros seis meses. Isto não é cosmética; é política social e económica na sua máxima eficácia, promovendo a igualdade de género no topo das carreiras e combatendo o gap salarial. O mesmo pragmatismo aplica-se à criação da jornada contínua para pais e avós com menores a cargo e ao alargamento da licença do pai – medidas que trazem a conciliação familiar para o centro do debate.

O contraste torna-se ainda mais flagrante quando analisamos o emprego jovem. A legislação vigente comete uma iniquidade atroz ao sujeitar os jovens e os desempregados de longa duração a um período experimental alargado de 180 dias, permitindo que sejam dispensados sem aviso prévio e sem direito a qualquer indemnização, num claro abuso de precariedade disfarçada de lei. A nova proposta elimina este mecanismo abusivo, ao mesmo tempo que aumenta as durações mínimas e máximas dos contratos a termo para dar estabilidade e previsibilidade a quem quer começar uma vida.

A MAIOR PARTE DAS PESSOAS QUE É CONTRA A REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO NEM SABE PORQUE O É

Onde a lei atual é simplesmente omissa ou anacrónica, o «Trabalho XXI» demonstra maturidade ao abraçar a Economia 4.0. Regulamentar o teletrabalho híbrido e, acima de tudo, exigir o controlo humano obrigatório face à Inteligência Artificial em decisões de contratação ou despedimento coloca-nos na vanguarda regulatória europeia. É a garantia de que a tecnologia servirá para aumentar a produtividade e os salários, e não para alienar ou discriminar o trabalhador através de algoritmos cegos.

Também nas compensações por despedimento se repõe a justiça. Subir a indemnização no despedimento coletivo para 15 dias por ano de antiguidade (elevando o mínimo de 30 para 45 dias) e acabar com a exigência absurda de ter de devolver a compensação recebida para poder impugnar um despedimento em tribunal são provas inequívocas de que esta lei protege quem trabalha. No reverso da moeda, dá-se oxigénio às empresas através de mecanismos ágeis como o banco de horas por acordo direto, cujas horas acumuladas e não gozadas ao fim de seis meses reverterem obrigatoriamente em pagamento majorado ou descanso à escolha do colaborador. Todos ganham.

Insistir no modelo atual é condenar o país à estagnação. A Proposta de Lei «Trabalho XXI» percebeu que o futuro do trabalho exige pontes e não trincheiras. Ao equilibrar uma flexibilidade inteligente com um escudo social robusto, Portugal tem finalmente a oportunidade de deixar de ser a segunda legislação mais rígida da OCDE para se tornar uma economia moderna, justa e verdadeiramente competitiva.

O Código do Trabalho tem de Deixar de Viver no Século Passado

Este código do Trabalho não “Caiu no goto” dos portugueses, mas atrevo-me a dizer que os portugueses nem sabem bem porque.

Na verdade ouviram alguns soundbytes, ainda por cima incorrectos e já nem quiseram ouvir a outra versão – a do governo, que diga-se, não foi famoso a comunicar a sua reforma e agora corre atrás do prejuízo.

Portugal enfrenta há demasiado tempo um impasse invisível, mas profundamente destrutivo. Fingimos que proteger o trabalhador significa cristalizar a lei numa redoma burocrática, enquanto assistimos, impávidos, à fuga dos nossos jovens licenciados, a uma produtividade que teima em não sair da cauda da Europa e a um fosso salarial gritante em relação aos nossos parceiros europeus.

Os dados macroeconómicos mais recentes ilustram este sufoco. Em 2025, o Salário Mínimo Nacional (SMN) subiu para os **870 euros**. No entanto, o problema de fundo persiste na esmagadora compressão salarial do país: o salário médio fixou-se em torno dos **1.602 euros brutos**, mas o salário mediano – aquele que reflete a verdadeira realidade da metade mais pobre da população – continua perigosamente encostado à remuneração mínima. Esta “proximidade asfixiante” entre quem ganha o mínimo e quem tem qualificações médias destrói qualquer incentivo à produtividade.

Mas é justo dizer que estes dois anos, destes dois governos da AD, foram o período em que conseguimos começar a descolar do fundo da tabela.

Estou a dar-vos números objectivos e não a especular, por isso digo – este governo merecia um maior crédito nas suas intenções.

A verdade, por mais desconfortável que seja, é evidente: o nosso atual modelo laboral, desenhado para uma economia de chão de fábrica e assiduidade picada ao segundo, está completamente desadaptado da realidade. É por isso que a Proposta de Lei «Trabalho XXI» não é apenas necessária – é uma urgência nacional.

O grande mérito desta reforma é a capacidade de quebrar o velho dogma ideológico de que “flexibilidade” é sinónimo de “precarização”. O documento prova precisamente o oposto. Propõe-se criar empresas competitivas e salários europeus, sim, mas faz-o através do reforço inédito dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Mesmo no setor público, o Governo da AD deu passos importantes ao fechar acordos de valorização salarial e reestruturação de carreiras com sindicatos da Função Pública (como a FESAP e o STE), sinalizando que o diálogo social é realizável. Contudo, para que o setor privado consiga acompanhar essa dinâmica e aproximar-se do ordenado médio bruto de vizinhos como Espanha (\$2.400€) ou Alemanha (\$4.500€), a moldura legal geral tem de mudar drasticamente.

Olhemos para a parentalidade. Enquanto a lei atual empurra a maioria dos pais para uma perda de rendimento substancial ao reduzir a licença partilhada para 80% do salário, o «Trabalho XXI» assume o pagamento a 100% nos primeiros seis meses. Isto não é cosmética; é política social e económica na sua máxima eficácia, promovendo a igualdade de género no topo das carreiras e combatendo o gap salarial. O mesmo pragmatismo aplica-se à criação da jornada contínua para pais e avós

com menores a cargo e ao alargamento da licença do pai – medidas que trazem a conciliação familiar para o centro do debate.

Como é possível dizer que estas medidas que claramente dão direitos aos trabalhadores, passarem por ser contra esses mesmos trabalhadores? Como é possível dizer que são contra a família?

O contraste torna-se ainda mais flagrante quando analisamos o emprego jovem. A legislação vigente comete uma iniquidade atroz ao sujeitar os jovens e os desempregados de longa duração a um período experimental alargado de 180 dias, permitindo que sejam dispensados sem aviso prévio e sem direito a qualquer indemnização, num claro abuso de precariedade disfarçada de lei. A nova proposta elimina este mecanismo abusivo, ao mesmo tempo que aumenta as durações mínimas e máximas dos contratos a termo para dar estabilidade e previsibilidade a quem quer começar uma vida.

Onde a lei atual é simplesmente omissa ou anacrónica, o «Trabalho XXI» demonstra maturidade ao abraçar a Economia 4.0. Regulamentar o teletrabalho híbrido e, acima de tudo, exigir o controlo humano obrigatório face à Inteligência Artificial em decisões de contratação ou despedimento coloca-nos na vanguarda regulatória europeia. É a garantia de que a tecnologia servirá para aumentar a produtividade e os salários, e não para alienar ou discriminar o trabalhador através de algoritmos cegos.

Também nas compensações por despedimento se repõe a justiça. Subir a indemnização no despedimento coletivo para 15 dias por ano de antiguidade (elevando o mínimo de 30 para 45 dias) e acabar com a exigência absurda de ter de devolver a compensação recebida para poder impugnar um despedimento em tribunal são provas inequívocas de que esta lei protege quem trabalha. No reverso da moeda, dá-se oxigénio às empresas através de mecanismos ágeis como o banco de horas por acordo direto, cujas horas acumuladas e não gozadas ao fim de seis meses reverterem obrigatoriamente em pagamento majorado ou descanso à escolha do colaborador. Todos ganham.

Insistir no modelo atual é condenar o país à estagnação. A Proposta de Lei «Trabalho XXI» percebeu que o futuro do trabalho exige pontes e não trincheiras. Ao equilibrar uma flexibilidade inteligente com um escudo social robusto, Portugal tem finalmente a oportunidade de deixar de ser a segunda legislação mais rígida da OCDE para se tornar uma economia moderna, justa e verdadeiramente competitiva.

DIGITAL

sem mais

A nova rede das regiões de Setúbal e Alentejo.

semmais.pt

Informação segura e confirmada.

24 HORAS POR DIA

PUBLICIDADE

